Os reféns da 'geografia do preço'

Geografia

Enviado por: _clsochascki@seed.pr.gov.br

Postado em:27/10/2014

Na raiz dos desastres naturais e ambientais - Parte 1 Livro analisa causas e consequências de catástrofes que atingem o Brasil Por Silvio Anunciação No decorrer das tragédias ambientais de 2011 na região serrana do Rio de Janeiro, o poder público adotou uma "solução" para prevenir os moradores em situação de risco e evitar novas mortes: sirenes que apitam, avisando à população o momento de deixar suas casas, na iminência de um deslizamento de terra. O sociólogo e demógrafo Roberto Luiz do Carmo, docente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Unicamp e pesquisador do Núcleo de Estudos de População (Nepo), cita o exemplo para explicitar a deficiência na abordagem das politicas públicas direcionadas aos desastres ambientais do país. "Atualmente, as propostas de enfretamento dos riscos ambientais são reducionistas. Os gestores públicos falam: 'bom, é importante fazer um mapeamento e identificar quais são os problemas geológicos e físicos de determinada região para colocarmos um sistema que toca uma sirene'. Poxa, toca a sirene e as pessoas vão fazer o quê? Elas não têm pra onde ir... E não escolheram estar ali. O problema é mais complexo. É preciso construir uma política de modo que a cidade seja capaz de abrigar as pessoas, até porque existem áreas aptas a serem ocupadas. Mas são ocupadas apenas por quem tem condição de pagar. E essa geografia do preço determina onde as pessoas vão morar", critica. O docente da Unicamp defende uma nova abordagem para a problemática das tragédias ambientais, que vêm aumentando nos últimos anos, agravadas pelas mudanças climáticas. Só na região serrana do Rio de Janeiro houve quase mil mortes nos municípios de Petrópolis, Nova Friburgo, Teresópolis, Sumidouro, São José do Vale do Rio Preto, Bom Jardim e Areal. O número de desalojados nestes municípios passou das 35 mil pessoas. Conforme Roberto do Carmo, os desastres são, acima de tudo, construídos socialmente e, devem, portanto, ser enfrentados a partir de uma perspectiva social. Esta é a concepção que perpassa a obra Segurança humana no contexto dos desastres (Editora Rima, 210 páginas), que acaba ser editada pelo Nepo em parceria com o Núcleo de Estudos e Pesquisas Sociais em Desastres (Neped), da Universidade Federal de São Carlos (UFScar). O lançamento ocorre no dia 21 de agosto, a partir das 9h00, no auditório do Núcleo de População da Unicamp, com a presença dos autores e organizadores. "O desastre tem essa característica de ser uma construção social no sentido de que as pessoas mais diretamente expostas são aquelas que, por determinadas situações históricas e econômicas, ocuparam áreas impróprias. Portanto, essa ocupação não é natural: as pessoas não estão lá porque querem estar. Elas vivem lá porque são aquelas áreas específicas da cidade onde conseguiram se instalar. São as áreas que, de certa forma, são destinadas socialmente a elas. Isso é fundamental para pensar e propor políticas capazes de reverter essa situação", defende Roberto do Carmo, organizador do livro juntamente com a professora da UFScar, Norma Felicidade Lopes da Silva Valencio, coordenadora do Neped/UFScar. A obra, que conta com a parceria do Fórum de Mudanças Climáticas, apresenta uma coletânea de textos com reflexões sobre a segurança humana em contexto de riscos e de desastres no Brasil. São onze artigos, escritos por pesquisadores e gestores públicos de diferentes áreas e campos de atuação. Embora sintetizem experiências de grupos específicos, os artigos do livro apontam, em sua totalidade, elementos relevantes para identificar e propor ações para o

enfretamento dessas catástrofes. “Não foi tarefa fácil viabilizar esta coletânea. Tivemos que articular 32 pessoas oriundas de diferentes áreas geográficas e institucionais para produzirem os capítulos. E, apesar disso, o grupo não perdeu a oportunidade de produzir uma obra dialógica, com representantes de diferentes segmentos da sociedade: pesquisadores e cientistas, lideranças comunitárias e de movimentos sociais, ongs e representantes de instituições municipais, estaduais e federais”, relata o professor da Unicamp. Os temas abordam a urbanização, o planejamento, os aspectos sociopolíticos dos desastres e os desafios para a segurança humana neste contexto; a intervenção estatal e o papel da política de assistência social; as tecnologias de prevenção de riscos; a atuação dos agentes de defesa civil; e os riscos da saúde e as oportunidades de articulação, organização comunitária e fortalecimento de fóruns. No prefácio, a demógrafa Estela María García de Pinto da Cunha assinala que os artigos abordam numerosas perspectivas disciplinares, teóricas, metodológicas e empíricas, num espectro rico e amplo de temas. Assim, conforme a especialista e coordenadora do Nepo, “questionam-se quais seriam as relações sociais e políticas que induzem discursos de inevitabilidade dos desastres ‘naturais’, que levariam à sociedade a tão somente impedir suas consequências em vez de compreendê-los em toda a sua complexidade, focalizando tanto as dinâmicas econômicas quanto as sócio-políticas-culturais, institucionais e multicausais.” Discute-se também, escreve Estela da Cunha, “a relevância do conceito polissêmico, multidimensional e multivariado de vulnerabilidade (diferente de exposição ao risco) que permitiria compreender a dinâmica de exposição, enfrentamento, resposta e risco, considerando as condições materiais e simbólicas do ambiente físico, da estrutura social e da experiência do perigo em cada caso particular. (...) Os autores apresentam a vulnerabilidade como um conceito promissor, que por ser heurístico amplia as concepções de segurança e de proteção da sociedade (...).” Programa de estudos O sociólogo Roberto do Carmo lembra que a ideia para a coletânea de textos partiu do IV Programa de Estudos População, Ambiente e Desenvolvimento, organizado em 2012 pelo Nepo, com apoio da Rede Clima e do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) para Mudanças Climáticas. O programa reuniu gestores e organizações da sociedade civil de diferentes campos de atuação e regiões brasileiras para refletir sobre a segurança humana no contexto dos desastres a partir de uma dimensão social. “Esse programa de estudos teve claramente uma abordagem nova, trazendo pessoas que numa situação de desastre nem sempre falam a mesma linguagem, como os profissionais da defesa civil e da assistência social. Nestes casos, eles nem sempre estão numa condição de igualdade. Portanto, foi importante esta oportunidade de colocar em debate estes diversos atores. Além da defesa civil e da assistência social, estavam também representantes dos moradores vitimados pelos desastres. O diálogo de todos se mostrou muito profícuo, e está um pouco refletido neste conjunto de artigos”, relaciona. Os tradicionais programas de estudos e capacitações do Nepo são desenvolvidos desde a década de 1990. Eles incorporam diversas áreas como saúde reprodutiva e sexualidade, metodologia de pesquisa em gênero, demografia, meio ambiente e, mais recentemente, campos relacionados às mudanças climáticas. As três edições anteriores dos programas de estudos abordaram, por exemplo, os eventos extremos e as dimensões humanas. Transição A segurança humana no contexto dos desastres ambientais deve revestir-se de importância cada vez maior, sobretudo, pelo crescente processo de urbanização no país nos últimos 50 anos. Roberto do Carmo aponta que o Brasil passou de um país rural na década de 1950 para um país urbano nos dias atuais. De acordo com ele, dados do último Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que 36% da população brasileira residia nas cidades naquele período. Atualmente, este número chega aos 84%, de acordo com o Censo Demográfico de 2010. “A ocupação de áreas impróprias para moradia gera uma parte da nossa preocupação com a segurança humana, principalmente porque nesse período também ganha força a questão das mudanças climáticas. Os eventos extremos associados ao clima têm impacto alto historicamente, tanto em termos de mortalidade, como de aumento de doenças de veiculação hídrica. Por outro lado, o que estamos

vivenciando este ano no Sudeste é um desastre diferente, relacionado à falta de água. Toda essa discussão torna-se fundamental no sentido de que a tendência é que estes eventos, infelizmente, aumentem. E o impacto sobre a população tende a ser cada vez maior se não nos preocuparmos e nos preparáramos", alerta. Esta notícia foi publicada no site www.unicamp.br em 08 de agosto de 2014. Todas as informações contidas são de responsabilidade do autor.